

# Deputado do PDS quer Governo fora do pacto

**B**RASÍLIA — O estabelecimento de um pacto social, tendo como participantes principais trabalhadores e empresários, é cada dia mais necessário. O Governo deveria ser apenas um estimulador deste novo pacto social, sem, contudo, ditar as normas, regras e bases em que ele deve e pode ser sacramentado. O principal aspecto deste pacto deve e precisa levar em conta o avanço da democracia que se está implantando no país.

Esta é a opinião do coordenador do Departamento Trabalhista e Sindical do PDS, Deputado Carlos Chiarelli (RS). Ele, porém, é de opinião de que são os trabalhadores e os empresários, por meio de um diálogo exaustivo, que têm de encontrar o caminho para estabelecer o novo pacto social. Acha, apena-  
nas, que os dois lados têm de fazer alguns tipos de sacrifícios.

## Lucro e emprego

Favorável à tentativa que trabalhadores e empresários, particularmente em São Paulo, estão fazendo para chegar a um pacto, o Sr Chiarelli também entende que "o mais importante é o país manter o nível de emprego e produzir mais. Para isso, acredito que o em-  
presário terá de pagar um preço: redução de seu lucro. E o trabalhador fazer o sacrifício em sua jornada de trabalho, dando uma hora a mais por dia sem recebê-la".

Ele, porém, ressalva que "isto é apenas uma sugestão para debate", pois não tem a pretensão de traçar as linhas de um pacto social. "São as duas partes que têm, devem e podem negociar o seu destino com base na situação econômica e social do Brasil, que conhecem perfeitamente. Com tal capacidade de conhecimento, têm todas as condições para encontrar soluções práticas".

E um novo pacto social, neste momento, "onde há um hiato de greves", é fundamental para o Deputado Chiarelli. Sem ele, breve, "a economia, o social e a política poderão complicar-se e a situação do país ficar mais difícil. Afinal, vivemos uma fase de balanceamento entre a inflação e a recessão, ou seja, insegurança. E o problema do trabalhador não é apenas o de temer a demissão. É maior, ainda, porque falta emprego. É, também, um clima

instável, pois a nossa política econômica é inquietante, pouco planejada".

## Democracia

Embora reconheça que o quadro é bastante ameaçador, o coordenador do departamento trabalhista e sindical do PDS acredita que poderá ser superado, principalmente, porque o projeto de abertura do Presidente João Figueiredo, apesar de todas as dificuldades, inclusive econômicas, segue seu curso rumo à democracia. Assim, pondera: "A medida que a democracia avança pelo terreno cedido pelo Estado é necessário a sociedade ter maior participação. E é aí que trabalhadores e em-  
presários têm de contar com o apoio do Governo."

Mas o Governo, segundo o Deputado do PDS, deve apenas "estimular as partes, tentando aproximar-as e evitando uma hostilização mútua, que, se ocorrer, fará todos cairem. O Governo não deve estabelecer a regra do jogo, mas sim procurar ordenar o debate, que depois se desenvolverá de forma natural. O que ocorre em São Paulo, com a tentativa de um pacto social, me parece salutar. Pode ser o início deste debate natural".

Com o diálogo, ressalta, "as duas partes poderão chegar a um resultado adequado, no qual a democracia sairá ganhando, isto é, todos. Pode ser, portanto, uma trégua, sem greves, para não enfraquecer a economia. No final, esta época de transição que o Brasil vive chegará à democracia, tendo como um de seus pontos de apoio a negociação entre trabalhadores e empresários".

Apesar de manifestar tal esperança, o Deputado Chiarelli, contudo, alerta: "Embo-  
ra todos tenham noção da crise, falta ao país tradição de negociação. E isto só será alcançado com a mudança das leis trabalhistas, necessária para que trabalhadores e empresários possam negociar livremente, sem a interferência estatal. Precisam ser livres para negociar, porque só assim serão representativos e terão a respeitabilidade de quem representam."

E, também, entende "não se pode falar em pacto social sem liberdade sindical. Estamos, na verdade, na pré-história da nova lei trabalhista, nestes novos tempos democráticos.

Assim, é fundamental que a legislação trabalhista seja enviada ao Congresso Nacional o mais rápido possível para que seja debatida, receba sugestões dos parlamentares e seja votada".

## Ajuda

O coordenador do Departamento Trabalhista e Sindical do PDS sente que é, também, do diálogo e das negociações entre trabalhadores e empresários que deverá vir uma ajuda para a mudança da legislação. Diz, por exemplo: "Incumbe às duas partes, neste momento de sacrificada luta antiinflacionária, ajudar e se incorporar a esse esforço celebrando, com a participação do Governo como elemento estimulador, um pacto social que dê tranquilidade necessária para que se possa, em prazo breve, elaborar as leis que nos vão levar da imposição de ontem à composição de amanhã".

Ele enviou, no ano passado, uma série de sugestões ao Ministro do Trabalho sobre alterações na legislação trabalhista. Elas, tiradas de reuniões com parlamentares do PDS, foram encaminhadas pelo Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, à comissão do Ministério que estuda as alterações que o Governo vai propor, talvez ainda este ano, por meio de dois códigos, um do Trabalho e outro Proces-  
sual do Trabalho.

Nestas sugestões, que estão sendo apreciadas pela comissão, o Deputado Chiarelli des-  
taca que um dos pontos mais importantes é o que se refere ao direito das partes, "única e definitiva solução para os desajustes tensos que o país vive hoje". E uma das primeiras providências a tomar, diz, é afastar o Estado de "tais questões".

Esclarece: "No Brasil, até hoje, o Estado, por meio da norma jurídica, se substitui à vontade dos potenciais contratantes e praticamente inviabiliza até mesmo o agir mais efetivo desse instrumento representativo, intermediador e valioso, que é o sindicato. Sem pressa desesperadora, mas sem pausa, convém, em matéria trabalhista, ir passando logo dessa fase do direito público de ontem para um direito coletivo privado, que os tempos atuais estão a exigir. E o mais será mera decorrência".